



FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SURDOS: UMA ANÁLISE SOBRE LACUNAS E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcela de Souza Farias¹

¹ Me Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), IFBaiano, grupo de pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Música e Educação/Saberes Surdos: Libras e educação de surdos. E-mail: marcela.farias@ifbaiano.edu.br

EIXO TEMÁTICO 1. SUJEITOS DA EJA: INCLUSÃO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

RESUMO

O presente trabalho, oriundo de uma dissertação de mestrado, aborda a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos Surdos, modalidade que visa garantir o direito à educação a sujeitos historicamente excluídos. O estudo teve como motivação a implicação profissional da pesquisadora nos cursos de formação de professores, em face as dificuldades relatadas por docentes, para atuarem com alunos Surdos¹. A pesquisa evidenciou lacuna crítica na produção de conhecimento e nas políticas públicas destinadas a essa formação específica. Por meio de uma análise da literatura e da realidade local de Salvador, o estudo identifica a urgência em ressignificar as práticas pedagógicas e propõe diretrizes para proposições de ações formativas, baseadas na realidade bilíngue e nas necessidades dos educandos Surdos. O trabalho teve como questão direcionadora identificar quais são as necessidades formativas que poderiam constar em uma proposta de formação continuada para professores da Educação de Jovens e Adultos Surdos no CAPE Wilson Lins. O Objetivo Geral do estudo deu conta de analisar a necessidade de formação dos professores da EJA, para a ressignificação da prática docente na Educação de Jovens e Adultos Surdos. Os Objetivos Específicos contribuíram para: refletir sobre formação docente e as necessidades formativas, identificar os conhecimentos e as habilidades que os professores da EJA Surdo, consideravam necessários para ressignificar suas práticas pedagógicas. Propor um conjunto de diretrizes formativas, a partir da elaboração de uma proposta de formação continuada, direcionada por um plano de ação, para a formação de professores para a EJA Surdos.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos Surdos. A discussão apresentada visa problematizar o déficit na formação de professores para a EJA Surdos, uma vez que a inclusão desses sujeitos na escola representa um desafio que exige saberes profissionais específicos para a prática docente.

¹ O uso de "Surdos" com inicial maiúscula está relacionado ao sujeito e em consonância com os estudos Surdos.



A EJA foi historicamente construída ao longo dos anos com o apoio de documentos legais e políticos que a viabilizaram como instrumento de reparação e garantia de acesso à escolarização, para aqueles que tiveram seu direito negado na idade regular. No Brasil, o sujeito Surdo configura-se como um dos grupos que compõem essa população excluída e “silenciada”, que demanda por uma prática pedagógica, numa uma formação docente competente. A inserção e permanência do estudante Surdo na EJA, exige um corpo docente com conhecimentos específicos na Língua Brasileira de Sinais (Libras), na cultura Surda, que promovam a aquisição de aprendizagem, considerando a mediação do conhecimento através de metodologias de ensino da Libras como L1.

O estudo de Oliveira (2019), revelou a escassez de produção acadêmica específica. Mostrando que na busca no Portal de Periódicos Capes, foram identificados 859 trabalhos sobre "processos formativos de docentes na EJA", mas nenhum voltado especificamente para a formação de professores para a EJA Surdos, o que evidenciou uma lacuna crítica. A carência de reflexões sobre a formação de professores para a educação de jovens e adultos Surdos reforça o apelo do estudo por políticas públicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Formação Docente e o Sujeito Surdo na EJA

Para Pinto (1993), o processo de formação do professor(a) é dialético e reflexivo, e a educação escolar de adultos é um construto social e de saberes complementares. Imbernón (2011) destaca que a formação deve dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolverem profissionais reflexivos ou investigadores, buscando um profissional que seja agente de mudança individual e coletiva.

A base do ensino se constitui na esfera social, sendo os saberes profissionais plurais e adquiridos de diversas fontes sociais, segundo Tardif (2014). Os saberes profissionais docentes são gerados de diversas fontes, incluindo o trabalho, cultura pessoal, história de vida, cultura escolar anterior, conhecimentos disciplinares, didáticos, pedagógicos, curriculares e a experiência de outros professores.

Especificamente sobre o sujeito Surdo, relatos indicam que, no espaço escolar, eles foram privados do acesso aos conhecimentos socialmente construídos. A formação de professores para educandos Surdos perpassa pelo marco histórico do reconhecimento da Libras como língua de comunicação e expressão dos Surdos brasileiros, pela Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005. Este decreto estabelece a Libras como disciplina curricular obrigatória em todos os cursos de formação de professores.

Apesar da necessidade de formação para o ensino da Libras ter motivado a criação de cursos como Letras Libras (EAD) em 2006, Albres (2016) constata que, mesmo o objetivo sendo a formação docente, pouca da carga horária é destinada à reflexão do fazer docente, dos problemas sobre ensino-aprendizagem ou das questões didáticas.

A EJA enquanto modalidade da Educação Básica ainda carece de prestígio no meio acadêmico e a EJA Surdos necessita de maior atenção devido às especificidades distintas desse público. Farias (2019) relata que para os jovens e adultos Surdos adquirirem autonomia educacional na aprendizagem, o professor precisa constantemente



ressignificar sua prática pedagógica, pois encontrará sujeitos com diferentes níveis de proficiência, histórias de vida e, até mesmo, sem aquisição da língua de sinais.

É crucial que o professor(a) de jovens e adultos Surdos tenha fluência na Libras, por ser essa a língua a ser usada na mediação dos saberes. No entanto, não basta apenas disponibilizar cursos paliativos de Libras; é necessário um trabalho que discuta como realmente se deve ensinar aos Surdos, de maneira que se desenvolvam atividades em todas as disciplinas. A falta de acessibilidade linguística e de formação para a EJA Surdos resulta em exclusão, mesmo com a inclusão do educando, por um ensino sem qualidade e com dificuldade de aquisição de aprendizagem.

A carência de reflexões sobre a formação de professores para a educação de jovens e adultos Surdos reforça o apelo deste estudo por políticas públicas efetivas que promovam essa discussão.

2.2 Políticas Públicas e a Educação de Jovens e Adultos Surdos

A EJA foi excluída do processo da Educação Básica por muitos anos, mas, a partir do segundo milênio, obteve o reconhecimento como modalidade da Educação Básica. A LDB (Brasil, 1996) e o Parecer nº 11/2000 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA reiteraram os direitos educativos dos jovens e adultos e reconheceram que o preparo do docente da EJA deve incluir exigências formativas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino.

Com o avanço do Movimento Surdo e suas lutas e resistências, conquistas foram alcançadas. Citamos a Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas Surdas. O Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005) que regulamentou a Lei de Libras, dispondo sobre a Libras como disciplina curricular obrigatória e garantindo a presença do tradutor-intérprete na sala de aula. A Resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelecendo que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, a formação docente para atender à diversidade, incluindo as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para o aluno Surdo, isso significa possibilitar a formação de professores para atuarem na mediação com conhecimento linguístico na Libras. A Lei nº 14.191 (Brasil, 2021) trazendo a educação bilíngue de Surdos como modalidade de educação escolar, exigindo que os sistemas de ensino provejam materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas em nível superior.

Apesar dos avanços legais, o Plano Nacional de Educação (2001 e 2011-2020) não contempla orientações específicas para o sujeito Jovem e Adulto Surdo e suas especificidades linguísticas. A escassez de políticas públicas voltadas para o sujeito Surdo na EJA e a ausência de metodologias para esses sujeitos são evidentes, configurando um atraso injustificável.

Os fatores que permeiam a exclusão do educando Surdo, precisam ser aprofundados nos estudos e na discussão acerca da Formação de professores. Para além, da discussão sobre a educação de Surdos, é preciso uma reflexão crítica sobre a formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos Surdos. “O processo de formação deve dotar os



professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolver profissionais reflexivos ou investigadores” (Imbernón, 2011, p. 41).

3 METODOLOGIA

O presente estudo, oriundo de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), ofertado na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. O locus investigativo foi o Centro de Apoio Pedagógico Especializado para Pessoas com Surdez, primeira escola para surdos fundada em 1959 e também, primeira instituição a ter uma turma de Educação de Jovens e Adultos Surdos em Salvador. Com o objetivo de analisar as necessidades formativas de professores da EJA. O procedimento técnico para a construção da pesquisa foi do tipo pesquisa participante. Os instrumentos utilizados foram: questionários, entrevistas semiestruturada e análise documental. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, visando a identificação de categorias centrais de necessidades formativas e, a partir delas, foi proposto um conjunto de diretrizes formativas direcionadas por um plano de ação para a formação continuada dos professores para a EJA Surdos.

Tabela 1 – Síntese dos Resultados, Necessidades Formativas e Proposta de Ação da Pesquisa.

FOCO TEMÁTICO	RESULTADOS PRINCIPAIS (ACHADOS)	NECESSIDADES FORMATIVAS IDENTIFICADAS	PRODUTO/PROPOSTA DE AÇÃO
Formação Docente e Qualidade da Práxis	A pesquisa confirmou a escassez de formação específica para professores da EJA Surdos.	Promover a Formação Continuada para possibilitar a ressignificação da prática docente e a construção de uma práxis consistente.	Plano de Ação com proposições formativas (minicursos) focado na renovação da prática pedagógica.
Abordagem da Surdez	Dificuldade em estabelecer práxis ancorada numa perspectiva socioantropológica.	Abordagem dos diferentes aspectos que distinguem os sujeitos Surdos (contextos familiares, aquisição linguística, etc.).	Formação sobre: Identidade e Cultura Surda, Educação Bilíngue e Letramento de Surdos jovens e adultos.
Conteúdo e Aprendizagem	A prática pedagógica precisa se adequar à heterogeneidade e às necessidades específicas dos jovens e adultos surdos.	Formação com ênfase no domínio da Libras e em métodos criativos, lúdicos e com o uso da imagética, com a ausência de um "método único" de ensino.	Formação sobre: Aquisição da Escrita para alunos Surdos, Ludicidade e Matemática contextualizada à realidade do aluno.
Formação Cidadã e Social	A educação deve visar a formação integral do aluno e sua autonomia para intervir na sociedade.	Necessidade de inserção de temas práticos e de cidadania.	Formação sobre: Inclusão do Surdo no Mercado de Trabalho, Educação Profissional e Movimentos Políticos da comunidade Surda.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na dissertação de Farias (2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar a necessidade formativa e a ressignificação da prática docente na Educação de Jovens e Adultos Surdos do CAPE Wilson Lins. Os resultados de pesquisa, mostraram a existência de uma lacuna crítica na formação dos professores e nas políticas públicas, bem como a escassez de produção acadêmica específica sobre a formação de professores para a EJA Surdos. Tal carência reforça a urgência de políticas públicas efetivas que promovam essa discussão e colaborem para a inclusão do sujeito Surdo.

Os resultados da investigação, evidenciaram que, apesar dos avanços legais, como o reconhecimento da Libras e sua inclusão como disciplina curricular obrigatória, na



formação inicial dos professores, não existe um avanço para as especificidades do sujeito Surdo. Faz-se necessário haver maior reflexão sobre as práticas pedagógicas para a EJA Surdos. A análise apontou para a necessidade de o docente possuir fluência na Libras e conhecimentos específicos sobre a cultura Surda e os aspectos pertinentes a educação de Surdos.

A contribuição central deste estudo reside na proposição de um conjunto de diretrizes formativas para a EJA Surdos, baseadas na realidade bilíngue e nas necessidades dos educandos. Essas diretrizes se fundamentam na urgência de se ir além de "cursos paliativos de Libras" para um trabalho que discuta como realmente ensinar aos Surdos, promovendo o desenvolvimento de atividades em todas as disciplinas. A implementação dessas diretrizes visa combater a falta de acessibilidade linguística e de formação, que resulta em exclusão por meio de um ensino sem qualidade.

O estudo reforça que, apesar dos avanços legais para a Educação Bilíngue de Surdos, o Plano Nacional de Educação ainda não contempla orientações específicas para o Jovem e Adulto Surdo e suas especificidades linguísticas. Dessa forma, o apelo por políticas públicas específicas e por uma reflexão crítica sobre a formação de professores para a EJA Surdos permanece como um desafio injustificável e urgente. A formação deve, portanto, dotar os professores de conhecimentos, habilidades e atitudes para desenvolverem profissionais reflexivos e agentes de mudança.

Palavras-chave: EJA Surdos; Formação de Professores; Políticas Públicas; Educação Bilíngue.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. O papel do curso de Letras-Libras no processo de formação do professor de Surdos. **Revista de Educação Pública**, v. 25, n. 60, p. 111-131, set./dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de Surdos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

FARIAS, Marcela de Souza. **Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos Surdos**: proposições formativas no CAS Wilson Lins. 2021. 158 f. Dissertação



(Mestrado Profissional) - Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA. Departamento de Educação do Campus I, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2021.

FARIAS, Marcela de Souza. Prática pedagógica na educação de Jovens e adultos surdos. In: Encontro Internacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 6., Salvador, 2019. Anais [...]. Salvador-BA: UNEB, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vialfaceja/217975-pratica-pedagogica-na-educacao-de-jovens-e-adultos-surdos/>. Acesso em: 20 out. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores: formação permanente e desenvolvimento profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Ana Lúcia. **Formação de professores para a EJA Surdos: estado do conhecimento**. 2019. Monografia (Especialização em Educação de Surdos) - Universidade Federal, 2019. (Informação deduzida da citação indireta de Oliveira (2019) no corpo do texto).

PARECER CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1993.

RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2002.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.